

SAMM - Sociedade de
Atividades em Multimídia Ltda.

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório
dos auditores independentes sobre as demonstrações
financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas e Diretores da
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 2(k) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social.</p> <p>Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Empresa fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Empresa, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos.</p> <p>Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios e orçamentos disponibilizados pela Empresa.- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none">(i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Empresa foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;(ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela Empresa são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento aprovado pela Administração da Empresa;(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e(vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela Empresa estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos:<ul style="list-style-type: none">(i) se as adições e exclusões estão de acordo com a legislação tributária;(ii) recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

	<p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.612	19.463	Notas promissórias	13	36.634	43.908
Aplicações financeiras	6	1.626	8.160	Fornecedores	14	10.339	17.225
Contas a receber	7	10.962	18.190	Fornecedores - partes relacionadas	9	11.279	9.927
Contas a receber - partes relacionadas	9	222	268	Impostos e contribuições a recolher		2.478	2.740
Tributos a recuperar		1.424	1.357	Impostos parcelados		52	62
Despesas antecipadas e outras		376	274	Obrigações sociais e trabalhistas		5.448	2.982
				Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	1.501	6.683
Total do ativo circulante		<u>24.222</u>	<u>47.712</u>	Passivo de arrendamento	12b	9.675	2.138
				Outras contas a pagar		<u>144</u>	<u>108</u>
				Total do passivo circulante		<u>77.550</u>	<u>85.773</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber	7	11.272	30.607	Fornecedores	14	26.040	47.968
Tributos diferidos	8b	25.967	26.042	Fornecedores - partes relacionadas	9	13.943	18.526
Outros créditos		1.825	515	Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	18.213	34.255
		<u>39.064</u>	<u>57.164</u>	Impostos parcelados		141	199
				Passivo de arrendamento	12b	24.090	1.411
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	15	253	49
Imobilizado	10	78.582	64.761	Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>20</u>
Intangível	11	55.772	82.948	Total do passivo não circulante		<u>82.680</u>	<u>102.428</u>
Direito de uso em arrendamento	12a	33.983	4.029				
Total do ativo não circulante		<u>207.401</u>	<u>208.902</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	109.701	109.701
				Prejuízos acumulados		<u>(38.308)</u>	<u>(41.288)</u>
						<u>71.393</u>	<u>68.413</u>
Total do ativo		<u>231.623</u>	<u>256.614</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>231.623</u>	<u>256.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações dos resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	17	78.516	84.348
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(5.956)	(5.498)
Serviços		(682)	(484)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(45.928)	(44.093)
Materiais, equipamentos e veículos		(374)	(318)
Comunicação de dados - internet		(1.143)	(2.714)
Direito de passagem		(1.887)	(2.636)
Outros		(370)	(1.084)
		<u>(56.340)</u>	<u>(56.827)</u>
Lucro bruto		<u>22.176</u>	<u>27.521</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.599)	(7.675)
Serviços		(1.896)	(1.833)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(421)	(472)
Materiais equipamentos e veículos		(66)	(89)
Aluguel de imóveis e condomínios		(950)	(866)
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos	7	(129)	(177)
Outros		(1.120)	(731)
		<u>(12.181)</u>	<u>(11.843)</u>
Outros resultados operacionais		<u>(5)</u>	<u>97</u>
Lucro antes do resultado financeiro		9.990	15.775
Resultado financeiro	18	<u>(5.329)</u>	<u>(6.276)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.661	9.499
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(1.681)</u>	<u>(3.477)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>2.980</u>	<u>6.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	2.980	6.022
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.980</u>	<u>6.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	109.701	(47.310)	62.391
Lucro líquido do exercício	-	6.022	6.022
Saldos em 31 de dezembro de 2020	109.701	(41.288)	68.413
Lucro líquido do exercício	-	2.980	2.980
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>109.701</u>	<u>(38.308)</u>	<u>71.393</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.980	6.022
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75	(1.230)
Depreciação e amortização	40.619	42.148
Baixa do ativo imobilizado e intangível	19	-
Outros do ativo intangível	13.149	-
Juros sobre notas promissórias	2.280	1.780
Capitalização de custos dos empréstimos	(629)	(387)
Constituição provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	186	85
Atualização monetária para riscos cíveis e trabalhistas	18	4
Provisão para perda esperada - Contas a receber e Outros créditos	129	177
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil	740	231
Depreciação arrendamento mercantil	5.730	2.417
Ajuste a valor presente - contratos	1.795	2.936
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	2.258	2.417
Juros sobre impostos parcelados	5	7
	66.374	50.585
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	26.434	(10.792)
Contas a receber - partes relacionadas	46	(182)
Impostos a recuperar	(1.038)	(344)
Despesas antecipadas e outros créditos	(1.412)	(214)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores - partes relacionadas	(5.489)	(8.855)
Fornecedores	(31.836)	(12.124)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.466	(1.865)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	1.681	3.779
Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.016)	(4.838)
Pagamentos com obrigações cíveis e trabalhistas	-	(40)
Obrigações de entrega	(21.862)	15.833
Outras contas a pagar	16	77
	36.344	37.042
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.344	37.042
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(26.641)	(18.719)
Adição ao ativo intangível	(10.964)	(3.786)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6.534	4.914
	(31.071)	(17.591)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(31.071)	(17.591)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Notas promissórias		
Captações	34.782	42.697
Pagamentos de principal	(43.000)	(40.000)
Pagamentos de juros	(1.336)	(2.320)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos (principal e juros)	(5.570)	(2.953)
	(15.124)	(2.576)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(15.124)	(2.576)
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa	(9.851)	16.875
Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.463	2.588
No final do exercício	9.612	19.463
	(9.851)	16.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Empresa acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Empresa. A Empresa possui carta suporte financeiro de sua Controladora indireta CCR S.A. de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto à duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Empresa.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico (Data Samm e IP Corporate) ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.

As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela

rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Cessão de fibra óptica e radiofrequência

São demonstrados ao custo de aquisição, equivalentes aos valores contratuais ajustados a valor presente, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais.

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício, recomposições dos ajustes a valor presente e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

j) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a

empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade

aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente da atividade operacional da Empresa, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

l) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de uso em arrendamento" e "Passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

m) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 01 de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua

opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

n) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 30 de março de 2022, foi autorizada pela Administração da Empresa a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para nota promissória e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem o pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Nota promissória (a)	37.671	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	11.279	4.832	5.701	3.410	-
Fornecedores	10.339	7.256	8.997	21.741	-
Passivo de arrendamento	9.675	10.484	9.665	8.374	37

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 53.328 substancialmente composto por notas promissórias, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro da acionista controladora CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixas e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	692	409
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	8.920	19.054
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>9.612</u>	<u>19.463</u>

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	1.626	8.160
Total - Aplicações financeiras	<u>1.626</u>	<u>8.160</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% ao ano (97,11% do CDI, equivalente a 2,69% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Receitas de multimídia, cabos ópticos e telefônicos (a)	13.625	13.430
Receitas de locação de fibra óptica (b)	1.037	8.327
Receitas de <i>Colocation</i> (c)	<u>583</u>	<u>587</u>
	15.245	22.344
Provisão para perda esperada - Contas a receber (d)	<u>(4.283)</u>	<u>(4.154)</u>
	<u>10.962</u>	<u>18.190</u>
Não Circulante		
Receitas de locação de fibra óptica (b)	4.193	23.266
Receitas de <i>Colocation</i> (c)	<u>7.079</u>	<u>7.341</u>
	<u>11.272</u>	<u>30.607</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a vencer	21.046	48.051
Créditos vencidos até 60 dias	1.025	768
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	163	150
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	196	50
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>4.087</u>	<u>3.932</u>
	<u>26.517</u>	<u>52.951</u>

Movimentação da provisão para perda esperada

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(4.154)	(3.977)
Aumento da provisão para perda esperada	<u>(129)</u>	<u>(177)</u>
Saldo final	<u>(4.283)</u>	<u>(4.154)</u>

(a) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia e cabos ópticos e telefônicos;

(b) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de locação de fibra óptica, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de fibra óptica que em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 1.111 no curto prazo e R\$ 11.376 no longo prazo (R\$ 6.285 e R\$ 26.878, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 7.083 (R\$ 40.973 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 60 a 240 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos com vigência iniciada em 2020 e 2021 são de 6,49% e 7,08% a.a., respectivamente;

(c) Créditos a receber decorrentes de serviços de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation*, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como contrapartida a obrigação de entrega de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation* que em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 390 no curto prazo e R\$ 6.837 no longo prazo (R\$ 398 e R\$ 7.377, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). O valor nominal do contrato em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 13.603 (R\$ 14.489 em 31 de dezembro de 2020). O contrato possui vigência de 240 meses a partir de julho de 2020. A taxa anual para cálculo do valor presente para este contrato foi de 6,49% e 7,08% a.a. em 2020 e 2021, respectivamente; e

(d) Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Empresa.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.661	9.499
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.585)	(3.230)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(120)	(147)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(29)	(221)
Incentivos relativos ao imposto de renda	29	-
Outros ajustes tributários	24	121
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.681)</u>	<u>(3.477)</u>
Impostos correntes	(1.606)	(4.707)
Impostos diferidos	<u>(75)</u>	<u>1.230</u>
	<u>(1.681)</u>	<u>(3.477)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>36%</u>	<u>37%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	21.073	(713)	20.360	20.360	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	84	747	831	831	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.412	42	1.454	1.454	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	17	69	86	86	-
Arrendamento mercantil	(454)	381	(73)	572	(645)
Contrato de IRU e Ajuste a Valor Presente	4.619	(605)	4.014	4.014	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	-	16	16	16	-
Capitalização de Juros	(674)	(22)	(696)	-	(696)
Custo de Transação de Empréstimos	(35)	10	(25)	152	(177)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	26.042	(75)	25.967	27.485	(1.518)
Compensação de imposto	-	-	-	(1.518)	1.518
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>26.042</u>	<u>(75)</u>	<u>25.967</u>	<u>25.967</u>	<u>-</u>

	2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	23.142	(2.069)	21.073	21.073	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	681	(597)	84	84	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.352	60	1.412	1.412	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	17	17	17	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(304)	3.922	3.618	41.661	(38.043)
Arrendamento mercantil	(59)	(103)	(162)	243	(405)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	24.812	1.230	26.042	64.490	(38.448)
Compensação de imposto	-	-	-	(38.448)	38.448
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>24.812</u>	<u>1.230</u>	<u>26.042</u>	<u>26.042</u>	<u>-</u>

- (a) A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2022	94
2023	591
2024	682
2025	1.382
2026 em diante	17.611
	<u>20.360</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto por ajustes a valor presente e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	2021		2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas	Ativo	Passivo
Contas a Receber			Fornecedores	
Controladora				
CCR	916 (a)	179 (f)	-	94 (a)
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	214 (e) (b)	572 (f)	54 (f)	828 (b)
RodoNorte	-	-	13 (f)	3 (d)
AutoBAn	320 (e) (b)	1.123 (f)	49 (f)	14.334 (b)
ViaOeste	116 (e) (b)	362 (f)	34 (f)	6.314 (b) (d)
ViaQuatro	274 (e)	45 (f)	-	25 (e)
CPC	287 (c)	-	-	-
RodoAnel	36 (d)	192 (f)	18 (f)	-
Metrô Bahia	-	58 (f)	-	-
Renovias	892 (e) (b)	87 (f)	-	73 (b)
SPVias	2 (d)	418 (f)	37 (f)	-
Barcas	1 (d)	229 (f)	-	-
ViaLagos	-	145 (f)	12 (f)	3.551 (b)
Via Mobilidade	-	42 (f)	-	-
Concessionária do Aeroporto de Guarulhos	-	59 (f)	5 (f)	-
Concessionária Rota das Bandeiras	46 (g)	-	-	-
Total	3.104	3.511	222	25.222

	Transações		Saldos		
	2020		2020		
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Receitas	Contas a Receber	Fornecedores
Ativo	Passivo				
Controladora					
CCR	876 (a)	-	409 (f)	-	69 (a)
Outras partes relacionadas					
Nova Dutra	133 (e)	-	609 (f)	39 (f)	688 (b)
Rodonorte	-	-	-	23 (f)	35 (d)
AutoBAn	239 (e)	5 (e)	1.097 (f)	57 (f)	14.313 (b)
ViaOeste	97 (e)	7 (e)	459 (f)	57 (f)	10.456 (b) (d)
ViaQuatro	238 (e)	-	92 (f)	-	20 (e)
CPC	275 (e)	-	-	1 (f)	2 (d)
RodoAnel	-	-	192 (f)	20 (f)	-
Metrô Bahia	-	-	220 (f)	5 (f)	-
Renovias	726 (e)	5 (h)	90 (f)	3 (f)	59 (b)
SPVias	-	-	443 (f)	37 (f)	-
Barcas	-	-	343 (f)	-	-
ViaLagos	-	-	143 (f)	12 (f)	2.811 (b)
Via Mobilidade	-	-	99 (f)	9 (f)	-
Concessionária do Aeroporto de Guarulhos	-	-	59 (f)	5 (f)	-
Concessionária Rota das Bandeiras	43 (g)	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2020	2.627	17	4.255	268	28.453

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais-chave da administração

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração (i)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.185	1.078
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	781	198
Reversão/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(107)	366
Previdência privada	5	19
Seguro de vida	<u>2</u>	<u>3</u>
	<u>1.866</u>	<u>1.664</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração dos administradores (i)	889	297

Na Ata de Reunião dos Sócios (ARS) realizada em 30 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Empresa em até R\$ 1.800, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (*Global Business Service*), cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- b) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados conforme definidos em contrato. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- c) Contrato de prestação de serviços de administração, informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- d) Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- e) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implantação de cabos ópticos;
- f) Contratos de prestação de serviços de transmissão de dados;
- g) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implementação de cabos ópticos, cujos valores são liquidados todo dia 10 do mês seguinte ao do faturamento;
- h) Taxa de análise de projeto; e

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		324	-	-	9	-	333
Máquinas e equipamentos		635	-	-	40	-	675
Veículos		911	-	-	-	-	911
Instalações e edificações		256	-	-	-	-	256
Sistemas operacionais		162.821	-	-	4.763	(1.102)	166.482
Fibra ótica		24.717	-	(19)	3.785	-	28.483
Imobilizações em andamento		8.939	27.267	-	(8.597)	2.073	29.682
Total custo		198.603	27.267	(19)	-	971	226.822
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(253)	(33)	-	-	-	(286)
Máquinas e equipamentos	15	(428)	(69)	-	-	-	(497)
Veículos	23	(586)	(123)	-	-	-	(709)
Instalações e edificações	33	(256)	-	-	-	-	(256)
Sistemas operacionais	15	(126.343)	(12.861)	-	-	-	(139.204)
Fibra ótica	5	(5.976)	(1.316)	4	-	-	(7.288)
Total depreciação		(133.842)	(14.402)	4	-	-	(148.240)
Total geral		64.761	12.865	(15)	-	971	78.582

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		324	-	-	-	324
Máquinas e equipamentos		601	-	-	34	635
Veículos		1.022	-	(253)	142	911
Instalações e edificações		256	-	-	-	256
Sistemas operacionais		142.622	-	(1)	21.299	166.821
Fibra ótica		19.141	-	-	5.576	24.717
Imobilizações em andamento		16.235	19.105	-	(27.534)	8.939
Total custo		180.201	19.105	(254)	(483)	198.603
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(221)	(32)	-	-	(253)
Máquinas e equipamentos	17	(360)	(68)	-	-	(428)
Veículos	25	(708)	(131)	253	-	(586)
Instalações e edificações	33	(256)	-	-	-	(256)
Sistemas operacionais	20	(109.504)	(16.840)	1	-	(126.343)
Fibra ótica	5	(4.893)	(1.083)	-	-	(5.976)
Total depreciação		(115.942)	(18.154)	254	-	(133.842)
Total geral		64.259	951	-	(483)	64.761

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;
 (b) Valor referente à crédito ICMS sobre ativo permanente – CIAP.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das notas promissórias no montante de R\$ 626 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 386 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 3,85% a.a. (custo das notas promissórias dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 2,93% a.a. em 2020.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	2020		2021				Saldo final
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Valor de custo							
Cessão de fibra óptica		172.044	11.568	(4)	-	(13.154) (b)	170.454
Rádiofrequência		5.140	404	-	-	5	5.549
Direito de uso de sistemas informatizados		3.680	-	-	8	-	3.688
Direito de uso de sistemas informatizados em andamento		19	222	-	(8)	-	233
Total custo		180.883	12.194	(4)	-	(13.149)	179.924
Valor de depreciação							
Cessão de fibra óptica	10	(91.146)	(25.157)	-	-	-	(116.303)
Rádiofrequência	35	(3.996)	(821)	-	-	-	(4.817)
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(2.793)	(239)	-	-	-	(3.032)
Total amortização		(97.935)	(26.217)	-	-	-	(124.152)
Total intangível		82.948	(14.023)	(4)	-	(13.149)	55.772

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Valor de custo						
Cessão de fibra óptica		140.211	31.833	-	-	172.044
Rádiofrequência		3.242	1.898	-	-	5.140
Direito de uso de sistemas informatizados		3.170	-	510	-	3.680
Direito de uso de sistemas informatizados em andamento		40	6	(27)	-	19
Total custo		146.663	33.737	483	-	180.883
Valor de depreciação						
Cessão de fibra óptica	11	(68.244)	(22.902)	-	-	(91.146)
Rádiofrequência	31	(3.183)	(813)	-	-	(3.996)
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(2.514)	(279)	-	-	(2.793)
Total amortização		(73.941)	(23.994)	-	-	(97.935)
Total intangível		72.722	9.743	483	-	82.948

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível.
 (b) Do valor de R\$ 13.149, R\$ 15.810 refere-se ao encerramento antecipado do contrato com a Oi S.A. líquido de AVP, e R\$ 2.656 refere-se ao valor de reajuste e desconto sobre contratos.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das notas promissórias no montante de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 3,85% a.a. (custo das notas promissórias dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 2,93% a.a. em 2020.

12. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2020		2021	
	Saldo Inicial	Adições / Remensuração	Depreciação	Saldo Final
Equipamentos Telecom	4.029	35.684	(5.730)	33.983
	4.029	35.684	(5.730)	33.983

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivo em arrendamento

	2020		2021			
	Saldo Inicial	Adições / Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo Final
Circulante	2.138	9.582	1.028	(6.208)	3.135	9.675
Não circulante	1.411	26.102	(288)	-	(3.135)	24.090
	<u>3.549</u>	<u>35.684</u>	<u>740</u>	<u>(6.208)</u>	<u>-</u>	<u>33.765</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a.. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 51 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2020), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

2023	8.274
2024	8.193
2025	7.590
2026	7
2027 em diante	26
	<u>24.090</u>

13. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento final	2021	2020
				2021				
1. 12ª Emissão	CDI + 0,90% a.a.	1,4914% (a)	251	-	Abril de 2021	-	43.908 (b)	
2. 13ª Emissão	CDI + 1,30% a.a.	1,7897% (a)	168	73	Abril de 2022	36.634	- (b)	
Total geral				<u>73</u>		<u>36.634</u>	<u>43.908</u>	
Circulante								
Notas promissórias						36.707	44.010	
Custos de transação						(73)	(102)	
						<u>36.634</u>	<u>43.908</u>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

(b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 6 de abril de 2021, esta emissão foi liquidada.
2. Em 5 de abril de 2021, foi realizada a 13ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para liquidação da 12ª emissão de notas promissórias.

O valor da emissão foi de R\$ 35.000, com custo de CDI + 1,30% a.a. e vencimento em 5 de abril de 2022.

Esta emissão conta com aval da CCR.

Neste exercício de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 43.000 e de juros no valor de R\$ 1.336, conforme cláusulas do contrato.

14. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	1.471	1.250
Fornecedores de fibra óptica (b)	6.271	13.569
Fornecedores de conectividade (d)	1.828	1.884
Fornecedores de rádio frequência (c)	769	522
	<u>10.339</u>	<u>17.225</u>
Não Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	344	-
Fornecedores de fibra óptica (b)	24.409	45.818
Fornecedores de conectividade (d)	1.200	1.517
Fornecedores de rádio frequência (c)	87	633
	<u>26.040</u>	<u>47.968</u>

- (a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos;
- (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 42.691 (R\$ 82.005 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses;
- (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 839 (R\$ 1.305 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 12 a 48 meses; e
- (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 3.178 (R\$ 3.702 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2020 e 2021 são de 6,49% e 7,08%, respectivamente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Empresa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021	
	Saldo inicial	Constituição	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	-	54	9	63
Trabalhistas	49	132	9	190
	49	186	18	253

A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2021	2020
Cíveis e administrativos	-	-
Trabalhistas e previdenciários	-	120
Tributárias	-	55
	-	175

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Sócios	Quotas	Participação
CCR S.A.	109.591.299	99,9%
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	109.701	0,1%
	109.701.000	100,00%

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de Data Samm	72.359	79.316
Receitas de IP Corporate	12.414	13.459
Receitas de locação de fibra óptica	16.168	16.431
Receitas de direito de uso Cogent	535	183
Receita bruta	<u>101.476</u>	<u>109.389</u>
Impostos sobre receitas	(22.253)	(24.815)
Descontos concedidos e cancelamentos	(707)	(226)
Deduções das receitas brutas	<u>(22.960)</u>	<u>(25.041)</u>
Receita líquida	<u>78.516</u>	<u>84.348</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente - contratos	(6.079)	(7.277)
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	(2.258)	(2.417)
Juros sobre notas promissórias	(2.280)	(1.780)
Capitalização de custos dos empréstimos	629	387
Juros sobre impostos parcelados	(5)	(7)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(991)	(231)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(83)	(44)
	<u>(11.067)</u>	<u>(11.369)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	868	492
Ajuste a valor presente - contratos	4.284	4.341
Variação monetária sobre outros ativos	346	7
Juros e outras receitas financeiras	240	253
	<u>5.738</u>	<u>5.093</u>
Resultado financeiro	<u>(5.329)</u>	<u>(6.276)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa.

Para apoio da Empresa, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Empresa, acompanha e informa o Conselho de Administração da Controladora sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Empresa não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	692	-	-	409	-	-
Aplicações financeiras	10.546	-	-	27.214	-	-
Contas a receber e outros créditos	-	22.234	-	-	48.797	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	222	-	-	268	-
Passivos						
Notas promissórias (a)	-	-	(36.634)	-	-	(43.908)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(56.237)	-	-	(72.711)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(25.222)	-	-	(28.453)
Passivo de arrendamento	-	-	(33.765)	-	-	(3.549)
	<u>11.238</u>	<u>22.456</u>	<u>(151.858)</u>	<u>27.623</u>	<u>49.065</u>	<u>(148.621)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber e outros créditos, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Passivo de arrendamento** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fontes de financiamento específica.
- **Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Nota promissória (a)	36.707	36.824	44.010	44.108

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Hierarquia de valor justo

A Empresa possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2021	2020
Nível 2		
Aplicações financeiras	10.546	27.214

Os diferentes níveis de hierarquia são:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Empresa adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(5) (6)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Notas Promissórias - 11ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2022	36.707	(964)	(1.166)	(1.365)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		10.546	949	1.186	1.423
Parcelamento ICMS	Selic ⁽³⁾		134	(12)	(15)	(18)
ISS Parcelado	Selic ⁽³⁾		70	(6)	(8)	(10)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(33)</u>	<u>(3)</u>	<u>30</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			9,15%	11,43%	13,72%
	Selic ⁽³⁾			9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; e nas investidas onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses. Nas investidas onde as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, diminuimos a taxa do CDI para calcular os cenários estresses;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e Selic).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício de 2021 e 2020:

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recuperar	971	34
Obrigações de entrega	(219)	219
Fornecedores	(24.935)	26.162
Fornecedores partes relacionadas	(3.569)	3.569
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(27.752)</u>	<u>29.984</u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	(971)	(34)
Aquisição de ativo intangível	28.723	(29.950)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>27.752</u>	<u>(29.984)</u>

b. A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Notas promissórias</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(43.908)	(3.549)	(47.457)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(34.782)	-	(34.782)
Pagamentos de principal e juros	44.336	5.570	49.906
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	9.554	5.570	15.124
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(2.280)	-	(2.280)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(35.046)	(35.046)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(740)	(740)
Total das outras variações	(2.280)	(35.786)	(38.066)
Saldo Final	<u>(36.634)</u>	<u>(33.765)</u>	<u>(70.399)</u>

21. Evento subsequente

Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 14ª emissão de até 50 notas promissórias, no valor nominal unitário de R\$ 1.000 em série única, totalizando o montante de R\$ 50.000 em notas comerciais.

A emissão das notas comerciais será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, com garantia total e contarão com aval da CCR S.A., controladora da Emissora.

Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Presidente

Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti

CRC 1SP190868/O-0